

OS ECOMUSEUS E MUSEUS COMUNITÁRIOS E OS DESAFIOS DA ACESSIBILIDADE E DA INCLUSÃO

Bianca Wild¹

RESUMO

O presente texto tem por escopo realizar uma reflexão acerca da acessibilidade em ecomuseus e museus de perfil comunitário, uma vez que a maioria dos projetos e das políticas públicas voltadas para a acessibilidade em museus estão voltadas para os museus tradicionais, para que as pessoas com deficiências ou necessidades especiais possam viver a experiência das exposições, ter acesso à arte e suas mais variadas expressões, entretanto, com a nova museologia, os novos modelos de museus possuem territórios e patrimônios que nem sempre possuem alternativas para que os portadores de deficiências ou necessidades especiais possam vivenciar experiências com o patrimônio existente nestes museus.

PALAVRAS-CHAVE

nova museologia, museologia social, acessibilidade; patrimônio cultural; ecomuseus

ABSTRACT

The purpose of this text is to reflect on accessibility in ecomuseums and museums with a community profile, since most of the projects and public policies focused on accessibility in museums focus on traditional museums, so that people with disabilities or special needs can live the experience of the exhibitions, have access to the art and its most varied expressions, However, with the new museology, the new models of museums have territories and heritage that do not always have alternatives so that those with disabilities or special needs can experience experiences with the patrimony existing in these museums.

KEYWORDS

New museology; social museology; Accessibility, Cultural Heritage; Ecomuseums

¹ Graduada em ciências sociais pela FEUC/FIC, especialista em gênero e sexualidade pela UERJ/IMS, Mestranda em Humanidades, culturas e artes pela UNIGRANRIO, fundadora e coordenadora geral do Ecomuseu de Sepetiba.

Introdução

Observamos nos últimos quarenta anos uma extraordinária multiplicação dos chamados “modelos” museológicos para o tratamento da herança histórica, natural e cultural. A Declaração de Santiago do Chile, publicada pela UNESCO e pelo ICOM, em 1972, já estabelecia que os museus deveriam participar na formação da consciência das comunidades a que servem, podendo mesmo contribuir para levá-las a agir.

A musealização tem sido intensificada pelos ecomuseus, museus de território, museus comunitários, dentre muitos outros modelos. Em nossa concepção, trata-se de iniciativas endógenas, autônomas, onde o interesse das sociedades pela educação e preservação da memória é claro, há um empenho e uma vontade de compartilhar o patrimônio, de partilhar as ações preservacionistas. Os ecomuseus são uma Expressão do homem e da natureza. O objeto neste contexto não é apenas o homem ou o meio ambiente que o cerca, mas a relação que se dá entre os dois e todas as possíveis relações entre o homem e o real que acontecem no território determinado, por isso falar-se em acessibilidade em relação a esses museus é primordial.

Ao longo do século XX movimentos sociais reivindicaram mais igualdade entre todos os cidadãos e a superação de qualquer tipo de discriminação, aos poucos essas reivindicações vêm sendo incorporadas ao sistema educacional regular buscando fórmulas que facilitassem a integração dos alunos portadores de alguma deficiência.

Vale destacar aqui que segundo a Política Nacional de Educação Especial, as pessoas portadoras de deficiência são as que apresentam expressivas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, de modo congênito ou adquirido, sendo estes de forma constante para o indivíduo. Já as necessidades especiais são apresentadas de modo transitório ou continuo alguma deficiência física, sensorial, cognitiva ou múltipla. Há ainda as condutas típicas ou altas habilidades.

Deste modo, iniciou-se uma profunda reflexão no campo educativo fazendo com que os problemas desses alunos fossem encarados a partir de um enfoque mais interativo. Nosso objetivo no presente texto é refletir acerca da acessibilidade em museus de perfil comunitário e ecomuseus, e é essencial partirmos do enfoque da educação inclusiva, uma vez que esses museus pretendem realizar um trabalho pedagógico com a comunidade, um trabalho intenso e ininterrupto na maioria das vezes em conjunto com escolas locais a partir da educação patrimonial e ambiental, logo são temas intrinsecamente relacionados.

Segundo a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (2008) devido ao aumento da expectativa de vida da população brasileira e do aumento da violência urbana, a população de pessoas portadoras de necessidades especiais ou de deficiências específicas tem aumentado consideravelmente. Vivemos “um momento de inclusão em que uma das diretrizes é a valorização da vida de pessoas que sofrem os efeitos de deficiência permanente, onde a deficiência passou a ser vista não como algo apenas característico da natureza do portador, mas sim um estado que pode vir a ocorrer com qualquer pessoa. (AUDI e MANZINI, 2007)

A acessibilidade é um atributo essencial do ambiente que garante a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Deve estar presente nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação e comunicação, bem como em outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, como teatros, cinemas e museus. A acessibilidade gera resultados positivos e contribui para

o desenvolvimento inclusivo e sustentável, sua implementação é fundamental. Deste modo, as decisões governamentais e as políticas públicas e programas são indispensáveis para impulsionar uma nova forma de pensar, agir, construir, comunicar e de utilizar recursos públicos para garantir a realização dos direitos e da cidadania integralmente.

1. O que são Ecomuseus e museus de perfil comunitário

Compreender os princípios e definições dos novos “modelos museológicos” e da museologia é imprescindível para que possamos dar prosseguimento a nossa reflexão acerca da acessibilidade e inclusão nos ecomuseus e museus de perfil comunitário. Sendo assim, lançamos o conceito estabelecido pelo Museólogo Mario Moutinho, um dos pensadores basilares da Museologia Social. Segundo ele, o conceito “... traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea” (1993, p. 07).

Os primeiros reflexos indicadores de uma mudança no campo da Museologia, no que tange a relação “museu x território” têm um marco inicial, poderíamos assim dizer, com as ações e o pensamento de Georges Henri Rivière no Museu do Creusot, em 1967, na França, o qual pode ser considerado como o principal mentor responsável por popularizar “a ideia”, conceituada posteriormente por Hugues de Varine como ecomuseologia, a partir da popularização e definição deste termo, o qual concebe o museu como um espaço que extrapola o modelo tradicional de uma instituição entre paredes e abrange o seu território numa interação do patrimônio com a comunidade local.

Ainda que o movimento titulado da Nova Museologia tenha oficialmente difundido suas bases na década de 1980, com a Declaração de Quebec, as atuações do movimento e o esforço em afirmar a função social do museu e seu caráter global já provinham da década de 1970. Partindo das contribuições teóricas da Mesa-Redonda de 1972, realizada na cidade de Santiago do Chile, Mário Moutinho definiu o museu integral como um “novo museu”, sendo:

uma instituição ao serviço e inseparável da sociedade que lhe dá vida. Capaz de estimular em cada comunidade uma vontade de ação, aprofundando a consciência crítica de cada um dos seus membros. Buscando os fundamentos da ação nas condições históricas de desenvolvimento de cada comunidade. A este museu, compete igualmente uma prática direta nos processos de desenvolvimento fazendo uso da interdisciplinaridade em particular na área das ciências humanas. (1989, pp.35-36)

Ao contrário do que ponderam alguns especialistas e estudiosos, de outras áreas que não a própria museologia, que se aventuraram pelo campo de estudos dos museus, a Nova Museologia não foi um movimento segregador e de discriminação as antigas práticas museológicas, mas sim outra possibilidade de se refletir o museu, de uma forma mais humana, mais integradora.

Segundo o historiador francês Hugue de Varine (2005) a dificuldade no reconhecimento e aceitação dos novos modelos de instituições museológicas pelas instâncias administrativas, sucedem da associação do museu a comunidade, ao território, a população e o patrimônio, contradita por diversas razões as quais, de acordo com Varine, podem estar explícitas ou implícitas:

(...) o desrespeito aos princípios tradicionais da museologia; particularmente, a menor atenção dada à coleção permanente, à pesquisa acadêmica e à conservação; a modéstia e mesmo a po-

breza técnica e científica das exposições e manifestações culturais organizadas pelo museu; a ausência de qualificação profissional reconhecida dos responsáveis e dos colaboradores desses museus, que são frequentemente autodidatas em museologia e museografia; uma confusão com outras realidades ou conceitos, como os centros de interpretação, os parques naturais, os sítios históricos, certos lugares de interesse turístico e parques temáticos. (VARINE, 2005, pp. 1-2).

Varine destaca como urgente, o imperativo de lançar-se um novo debate que não seja essencialmente teórico, contudo a partir das experiências incipientes, recém-iniciadas ou em curso colocando problemas concretos vividos pelos atores locais (2005, p. 2).

Seguiremos aqui com a citação de Odalice Priosti, para quem o Ecomuseu:

É um espaço de relações entre uma comunidade e seu ambiente natural e cultural, onde se desenvolve, através das ações de iniciativa comunitária, um processo gradativamente consciente e pedagógico de patrimonialização, apropriação e responsabilização dessa comunidade com a transmissão, cuidado e transformação do patrimônio comum e, conseqüentemente, com a criação do patrimônio do futuro.” (Apud MAGALDI, 2006, p. 57)

Os museus locais, de perfil comunitário buscam, com a participação da população, ter no museu a sua ferramenta, como um importante instrumento para o desenvolvimento e para o entendimento de sua realidade. Entender seu território, sua paisagem, seus patrimônios, suas memórias, suas histórias, conhecer a si mesmo, e a partir daí revigorar a autoestima, elemento basilar para que ocorra um diálogo mais democrático, que permita escutar os ecos do silêncio, bem como para que se permita rejeitar os moldes impostos há muito tempo pelos centros hegemônicos de poder, que construíram ideologias que marginalizam as culturas das populações menos favorecidas.

O Ecomuseu, ao labutar em favor do desenvolvimento da comunidade, precisa levar em conta os problemas e questões colocados em seu âmago; tratando-os de maneira crítica analítica, estimulando o processo de conscientização e a criatividade da população, utilizando as informações do seu passado e presente para que ela venha a pensar o futuro de forma questionadora e esperançosa, buscando alternativas para transformar a situação em que a localidade se encontra. A partir dessa prática, a comunidade se conscientiza do seu papel e responsabilidade com o patrimônio, usando-o como um dos recursos para o desenvolvimento local. (Wild, Almeida, 2012)

Resumidamente podemos definir Ecomuseu como

(...) uma ação museológica consciente da COMUNIDADE com o objetivo de desenvolver o TERRITÓRIO que habita, a partir da valorização da História Local e do PATRIMÔNIO (natural e cultural) nele existente. (NOPH – Ecomuseu de Santa Cruz. Disponível em < <http://www.quarteirao.com.br/oquefaz.html>>).

O que viemos observando ao longo do tempo que estamos nesse trabalho de fortalecimento e desenvolvimento dos ecomuseus e museus comunitários no Brasil, é a ideia de que os museus locais possuem uma tendência de exclusão do “outro”, uma disposição intrínseca em se fechar para o mundo, o que não é verdade. O museu local não só pode como deve ser uma ferramenta que desempenha um papel fundamental na construção de ideologias e identidades, labutando em favor do desenvolvimento da comunidade, estimulando o

processo de conscientização e a criatividade da população frente aos problemas da atualidade, utilizando as informações do passado e presente, pensando de forma questionadora, projetando assim um futuro com mais possibilidades. (Wild, Almeida, 2012). Ana Féliz assevera:

A partir de uma perspectiva crítica, a história local pode reforçar os elementos que constituem a identidade dos setores populares, porque, como se tem assinalado, a identidade não surge de uma nobre vontade própria, nem da identificação de características comuns, ela resulta do conhecimento de quem somos, na relação e luta com os outros. (FÉLIZ, 2006, p. 20)

Deste modo os museus de perfil comunitário e os ecomuseus buscam arregimentar a população local, procuram a participação da população na construção e gestão da memória local, para tanto, levar em consideração a diversidade existente é primordial para que este museu siga suas diretrizes.

Pensar em acessibilidade, refletir acerca do acesso e participação da população local como um todo nos processos do museu é necessário para que seja de fato um museu que respeita e aplica um ponto de vista de democracia participativa e uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, assegurando o direito e o dever das comunidades de preservarem a sua identidade cultural.

As populações são formadas, constituídas por indivíduos únicos, com suas necessidades, desejos, dúvidas e aflições diferenciadas, logicamente, existem em meio às populações locais indivíduos com necessidades especiais ou portadores de deficiências específicas que na maioria das vezes não possuem acesso integral à memória e história local e aos patrimônios locais, pois esses novos museus muitas vezes não contam com especialistas preparados para facilitar o acesso dessas pessoas, não possuem apoio do poder público e praticamente inexistem políticas públicas direcionadas para a acessibilidade no caso específico destes museus.

Estes museus são geridos pela comunidade, de forma autônoma e artesanal, não existem especialistas em educação especial, pedagogos dentre outros profissionais que poderiam contribuir para solução desta questão e acreditamos também não existir interesse do poder público em disponibilizar esses profissionais para esses museus ou na criação de editais que permitam a implementação desta iniciativa de acessibilidade nesses novos museus com recursos.

2. A acessibilidade empoderando os portadores de necessidades especiais e deficiências em museus de perfil comunitário e ecomuseus

De acordo com Georges Henri Revière, o ecomuseu

É um espelho no qual a população local se revê para descobrir a sua própria imagem, na qual procura uma explicação do território ao qual está ligada e das populações que lhe precederam, vistas como circunscritas no tempo ou em termos de continuidade de gerações. É um espelho que a população local mostra aos seus visitantes para que seja melhor entendida (...). (Apud Guimarães, Lara e Lopes, 2014, p. 3)

Sendo assim, se estes museus pretendem ser “espelhos” para se descobrir a própria imagem, devem ser correspondentes às suas populações, ou seja, não são segregadores, não excluem e buscam reunir toda a população em sua construção contínua, pois um Ecomuseu nunca está concluído.

Partindo do pressuposto que “ambiente” seja compreendido como um sistema que abrange uma comunidade integralmente, com sua parte física (am-

biente natural no qual os seres interagem), a parte socioeconômica (relações de produção e consumo), a parte cultural (tradições, hábitos, costumes, valores, ideologias) e a parte política (o exercício da cidadania, a conscientização e a mobilização) torna-se imprescindível a compreensão da estrutura socioambiental, aspectos históricos, culturais, políticos e principalmente sociais para criar-se uma ação estratégica de conscientização, educação e mobilização que envolva de fato membros de uma sociedade, e quando isso não é possível para uma parcela da comunidade?

No caso dos ecomuseus e museus de perfil de comunitário a integração é primordial para o seu “funcionamento” e construção, para tanto os “agentes” destes museus estão sempre em busca de maneiras de mobilizar e incentivar a participação da população do seu território integralmente.

Vale ressaltar aqui que a memória tem um papel fundamental na construção da identidade, tanto individual quanto coletiva, memória e identidade não devem ser compreendidas como manifestações de alguma essência do indivíduo ou do grupo, mas sim fenômenos que se constroem socialmente e que, portanto, não estão isentos de mudanças desenvolvidas em virtude das “preocupações pessoais e políticas do momento” (POLLAK, 1992, p. 201).

Deste modo acreditamos que todos os membros de uma comunidade devem ter acesso aos elementos que lhes “constrói” enquanto membros de um grupo, que lhes dão identidade, e que lhes auxilia na construção de vínculos e de si mesmos, tradições, memórias, costumes. Bem como tem o direito de auxiliar na preservação, conservação e desenvolvimento do território. Mas e quando um grupo desta comunidade é excluído deste acesso devido ao fato de possuir alguma necessidade especial? Ou deficiência específica?

Ter um padrão muito correto em todos os locais de acesso da população é muito complicado, ainda mais em um contexto político e social como o brasileiro; ainda estamos longe de poder favorecer a todos o direito civil básico de ir e vir, principalmente quando se trata de pessoas com deficiência seja de qualquer natureza.

Conforme mencionado em nossa introdução, a acessibilidade é um atributo essencial do ambiente que garante a melhoria da qualidade de vida das pessoas e deve estar presente nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação e comunicação, bem como em outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, e aí se incluem não só os museus tradicionais, mas também os ecomuseus e museus de perfil comunitário. A acessibilidade gera resultados positivos e contribui para o desenvolvimento inclusivo e sustentável, sua implementação é fundamental. Deste modo, as decisões governamentais e as políticas públicas e programas são indispensáveis para impulsionar uma nova forma de pensar, agir, construir, comunicar de utilizar recursos públicos para garantir a realização dos direitos e da cidadania.

Infelizmente podemos ponderar que na maioria das vezes as políticas públicas são mais governamentais do que públicas de fato, uma vez que não são construídas a partir de uma iniciativa da população, muitas vezes as populações não são nem mesmo consultadas a respeito de sua criação, bem como não visam os interesses das populações.

2.1. Um breve histórico sobre educação inclusiva e acessibilidade

Falamos aqui em educação inclusiva, pois os museus de perfil comunitário e ecomuseus, aqui tratados geralmente atuam em um trabalho conjunto

com instituições educacionais bem como realizam ações de educação patrimonial e ambiental com a população local.

No decorrer do século XX a educação especial viveu profundas transformações, impulsionadas pelos movimentos sociais que reivindicavam mais igualdade entre todos os cidadãos e a superação de qualquer tipo de discriminação, e aos poucos, o sistema educacional regular buscou fórmulas que facilitassem a integração dos alunos com alguma deficiência ou necessidade especial. (Coll, Marchesi, Palacios, 2008).

Iniciou-se então uma reflexão no campo educativo fazendo com que as dificuldades desses alunos fossem encaradas a partir de um enfoque mais interativo, no qual a própria escola deveria assumir sua responsabilidade diante dos problemas de aprendizagem que eles manifestavam. Vale ressaltar que o conceito de necessidades educativas especiais (oposto de deficiências) e a ênfase na importância de que a escola se adapte à diversidade de seus alunos foi expressão dessa nova realidade. (Coll, Marchesi, Palacios, 2008).

Na década de 1980 surgiram os primeiros movimentos pela busca de direitos das pessoas com necessidades especiais, a preocupação inicial era extinguir obstáculos arquitetônicos, principalmente em edificações, alguns anos mais tarde este conceito foi estendido passando a abarcar as barreiras ambientais e atitudinais. Na metade da década de 1990 surgiu o conceito de desenho universal, um planejamento arquitetônico ambiental, de comunicação e de transporte onde todas as características das pessoas são atendidas, independentemente de possuírem ou não uma deficiência. (BUENO, 2007)

Ainda hoje encontramos calçadas sem rampa e desniveladas, cheias de buracos, espaços públicos em geral com nenhuma adaptação que viabilize o percurso ou mesmo o lazer destas pessoas. Parte das escolas brasileiras ainda funciona em prédios antigos e não receberam reformas que permitissem o livre acesso dos alunos portadores de necessidades especiais às suas dependências.

A inclusão é um desafio, que precisa ser enfrentado, pois para que os alunos com e sem deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender às diferenças. Esse aprimoramento é necessário, sob pena de os alunos passarem pela experiência educacional sem tirar dela o proveito desejável, tendo comprometido um tempo que é valioso e irreversível em suas vidas: o momento do desenvolvimento. (BRASIL, 2004, p.30)

Ações que garantam a acessibilidade para pessoas com restrição de mobilidade aos sistemas de transportes, equipamentos urbanos e a circulação em áreas públicas são, nada mais que o respeito de seus direitos fundamentais como indivíduos. (BRASIL, 2008, p. 46)

Contudo, enquanto o espaço físico construído atualmente for direcionado apenas as “pessoas comuns” não portadoras de deficiências ainda há de existir pessoas que se contentem e acreditem que a acessibilidade e inclusão se resumem apenas a construção de rampas em vias públicas e a uma porcentagem mínima de vagas em estacionamentos para deficientes.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial, mencionada em nossa introdução, as pessoas portadoras de deficiência são as que apresentam expressivas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, de modo congênito ou adquirido, sendo estes de forma constante para o indivíduo. Já as necessidades especiais são as que apresentam de modo transitório ou contínuo alguma deficiência física, sensorial, cognitiva ou múltipla. Há ainda as condutas típicas ou altas habilidades. O Brasil é um dos poucos países que possui uma legislação especifi-

ca responsável por resguardar os direitos destas pessoas, e mesmo assim estas pessoas continuam a ser as maiores vítimas de exclusão social.

A Política Nacional de educação especial destaca que devem ser considerados os seguintes princípios para a integração das pessoas com deficiência ou necessidades especiais: Igualdade: viver em sociedade tendo iguais direitos, privilégios e deveres, como todos os indivíduos; Participação ativa: requisito indispensável à verdadeira interação social e Respeito a direitos e deveres socialmente estabelecidos. (BRASIL, 1994, p.38)

Acreditamos que o respeito a esses princípios deve ser uma constante nos ecomuseus e museus comunitários, pois buscam com a participação da população, ter no museu a sua ferramenta, como um importante instrumento para o desenvolvimento e para o entendimento de sua realidade e nesta realidade estão inclusos os desafios e perspectivas da acessibilidade para pessoas com deficiência ou necessidades especiais, revigorando a autoestima de todos os pertencentes a essa comunidade, elemento basilar para que ocorra um diálogo mais democrático

Considerações finais

Como mencionado anteriormente, o presente texto tem por escopo realizar uma reflexão acerca da acessibilidade em ecomuseus e museus de perfil comunitário, uma vez que a maioria dos projetos e das políticas públicas voltadas para a acessibilidade em museus estão voltadas para os museus tradicionais, para que as pessoas com deficiências ou necessidades especiais possam viver a experiência das exposições, ter acesso à arte e suas mais variadas expressões, entretanto, com a nova museologia, os novos modelos de museus possuem territórios e patrimônios que nem sempre possuem alternativas para que os portadores de deficiências ou necessidades especiais possam vivenciar experiências com o patrimônio existente nestes museus.

A partir de nossa experiência em museus comunitários e ecomuseus em todo o país podemos observar que em sua maioria o patrimônio desses museus são naturais e culturais, compostos por paisagens, consistindo em trilhas, “caminhos”, ruínas de difícil acesso para portadores de deficiência, um exemplo disso é o Ecomuseu da Amazônia, com território extenso, composto por ilhas sendo necessária a locomoção através de rios em embarcações que não possuem acessibilidade, bem como seus “percursos” são bastante complicados para serem realizados por portadores de deficiências, cadeirantes principalmente.

Outro exemplo é o do jovem Ecomuseu de Sepetiba, que possui um patrimônio que consiste em trilhas e ruínas, o “caminho do antigo cais”, por exemplo, é um percurso de suma importância para a história e memória local, entretanto não há viabilidade de acesso aos portadores de deficiências, o caminho é composto por ruínas, pedras que compunham o caminho do antigo cais, vegetação de mangue, areia, lama e muitas conchas.

Assim, podemos compreender que um dos instrumentos mais importantes e capazes de promover a inclusão do meio físico e o exercício da cidadania para o deficiente é a acessibilidade. Contudo, vale ressaltar que a inclusão do meio físico e a acessibilidade aos deficientes são muito mais do que isso. O principal objetivo de promover a acessibilidade através de ambientes físicos adaptados está na possibilidade de proporcionar uma maior autonomia e segurança aos portadores de necessidades especiais.

Em 2010 foi publicado pelo Ibram o Plano Nacional Setorial de Museus 2010-2020 (PNSM), “(...) documento público norteador das demandas e prioridades do setor museal”. (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2010b, p. 51) O Plano traz como um de seus “eixos setoriais” os museus comunitários e ecomuseus, para os quais são estabelecidas metas relativas à gestão museal, preservação, aquisição de acervos, formação e capacitação, educação e ação social, economia, acessibilidade e sustentabilidade ambiental entre outras. (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2010a). A ênfase na vinculação entre museus e a realidade político-social vem sendo defendida pelo ICOM e pela UNESCO há mais de seis décadas.

Acreditamos que os Ecomuseus e museus comunitários, por serem administrados por suas comunidades, e em alguns casos sem respaldo de prefeituras, Estado ou sem serem registrados como Ongs ou Oscips necessitam de acompanhamento e apoio específico nesta questão. Devem ser realizadas pesquisas com as comunidades buscando determinar o número de moradores portadores de deficiências para que possam ser realizados projetos que busquem viabilizar o acesso dessas pessoas aos patrimônios, caminhos e territórios desses museus.

Se esses museus se propõem a manter um ponto de vista de democracia participativa e uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, assegurando o direito e o dever das comunidades de preservarem a sua identidade cultural, esse direito e esse dever devem ser um legado que abarca a todos os membros da comunidade, sem exceções.

Realizamos leitura incipiente a respeito do tema acessibilidade em museus com foco em seu papel educativo e cultural na sociedade e como a mediação é realizada neste espaço e acabamos concluindo que há pesquisas sobre acessibilidade em museus tradicionais, entretanto não há muito material sobre ecomuseus e museus comunitários, acreditamos ser necessário a realização de mais pesquisas que tratem do tema, pois o problema apresentado não é apenas o acesso físico, mas o acesso ao patrimônio, como, por exemplo, um deficiente visual pode ter a experiência de admirar o patrimônio natural de uma comunidade que consista em vegetação de mangue? Como poderá ele observar as diferenças entre os tipos dessa vegetação? Ou ainda, como um cadeirante poderia visitar esse ecossistema? É necessário que estudos e projetos sejam realizados objetivando viabilizar o acesso universal aos patrimônios.

Ao garantirmos ambientes de acesso viável às pessoas com deficiência, estaremos proporcionando também uma comodidade maior a toda população, é essencial que os ambientes públicos sejam adaptados para o uso da população em geral e não criarem novos obstáculos que dificultem esta inclusão. (BRASIL, 2008, p. 47)

De acordo com o decreto N° 8.124, de 17 de outubro de 2013 em seu capítulo II do título I, consta das obrigações do IBRAM e dos museus públicos e privados garantir a acessibilidade nos museus, a acessibilidade universal, e em seu capítulo II do título III Art. 23, consta que é dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico, instrumento de planejamento estratégico do museu, que definirá sua missão e função específica na sociedade, e que poderá contemplar os seguintes itens, dentre outros em sua letra G garantir acessibilidade física e linguagem expográfica voltadas às pessoas com deficiência; sendo assim cabe aos próprios museus e ao IBRAM garantir o seu cumprimento, entretanto é necessário suporte, auxílio e orientação do IBRAM para esses museus de perfil comunitário.

O Estado, claramente não só reflete os interesses das classes hegemônicas, como também as desigualdades e contradições sociais entre exploradores e explorados/excluídos, por esse motivo precisamos realizar ações que objetivem pressionar o poder público, pois só deste modo, a partir da pressão de baixo para cima, ocasionando a necessidade de legitimação para que possam adquirir caráter público conseguiremos resultados. As políticas sociais são exemplos desse potencial público, que depende da relação de forças das classes excluídas e das classes dominantes. Deste modo, se as classes excluídas estiverem organizadas e mobilizadas e se as classes hegemônicas ou os aparelhos burocráticos encontrarem insuficiente disposição para coibição, se notarem que estão sem condições de negar concessões às classes desfavorecidas, estas terão oportunidade de serem ouvidas e de terem suas reivindicações atendidas pelo Estado.

As instituições sociais responsáveis pela formação dos indivíduos produziram ou ajudaram a produzir discursos de inclusão, é importante destacarmos que os sujeitos concretos não cumprem literalmente aquilo que é prescrito através dos discursos, fala-se muito sobre “a diferença”, a diversidade e o direito de todos à cidadania, o que aparenta, de fato, que qualquer um pode apossar-se desse discurso, que não só é aprazível, humanitário, solidário etc., mas ao mesmo tempo visivelmente muito fácil de casar com o discurso neoliberal da atual sociedade, na qual há um mercado para tudo, e, portanto, um espaço “para todos”. Os excluídos são, por esse discurso, muito rapidamente incluídos, e todos caminhamos juntos rumo à “igualdade”, numa sociedade em “evolução”. Entretanto pouco se sabe, e pouco se deseja saber, sobre as relações de poder que estão na base da dialética da exclusão; como alguns grupos foram, de fato, excluídos do poder, da riqueza, do status social, e quais foram as lutas históricas ainda longe de serem concluídas, que nos trouxeram até este momento, no qual, pelo menos, tais lutas tornaram-se “verdadeiras” e evidentes.

Referências

- ARAUJO, Marcelo Mattos e BRUNO, M.C. Oliveira (Org.). *A memória do pensamento museológico contemporâneo: Documentos e depoimentos*. Comitê Brasileiro de ICOM, 1995.
- AUDI, E.M.M. e MANZINI, E.J. *Avaliação da acessibilidade em escolas de ensino fundamental: descrição da metodologia para elaboração de protocolo*. Arqutextos 081, Texto Especial 405, portal Vitruvius, 2007 Disponível em: <www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp405.asp>. Acessado em: 06 jan. 2010.
- BRASIL, Ministério Público Federal: Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (organizadores). *O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular*. Ministério Público Federal: 2ª ed. rev. e atualiz. . Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.
- BRASIL, Secretaria Especial dos Direitos Humanos: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. *A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada*. Brasília, 2008.
- BRASIL. *Decreto n. 3.289, de 20 de dezembro de 1999*. Regulamenta a lei n. 7.853, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora da Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Brasília: 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm>. Acessado em: 20 dez. 2009.
- BRASIL. Ministério da educação. *Diretrizes nacionais para a educação especial na*

educação básica. Brasília: 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acessado em: 19 dez. 2009.

BRASIL. Ministério da educação. *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília: 2008. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acessado em: 17 dez. 2009.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial: livro 1/MEC/SEESP- Brasília: a Secretaria, 1994.*

BRASIL. Decreto Nº 8.124, de 17 de outubro de 2013. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto dos Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. Brasília: 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm. Acesso em 12 de junho de 2016

BUENO, C. L. R. ; PAULA, A. R. . *Acessibilidade no mundo do trabalho*. São Paulo: SORRI-BRASIL, 2007 (Artigo).

CLAIR, Jean. *As origens da noção de ecomuseu*. Cracap Informations, no. 2-3, 1976. p: 2-4. Trad: Tereza Scheiner.

FÉLIZ, Ana. *A Recuperação da Historia Local Urbana*. São Paulo: Editora Loyola, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2004.

_____. *Pedagogia da Esperança*. Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2004.

GUIMARÃES, Eduardo, LARA, Manuela, LOPES, Ribeiro Nuno. *Ecomuseu Corvo, projeto de intervenção museológica – Visão estratégica / proposta de plano de ação*. Açores, 2014.

MAGALDI, Monique Batista. Revista Eletrônica Jovem Museologia - Estudos sobre museus, museologia e patrimônio. *O Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz: estrutura e propostas*. Ano I, número 1, Janeiro de 2006.

NOPH – Ecomuseu de Santa cruz, acesso em 21 de abril de 2012. Disponível em < <http://www.quarteirao.com.br/oquefaz.html>>

HADAD, F. *Censo Escolar 2008*. Diário Oficial da União. 29 de out. de 2008. Ministério da educação, p. 8. Disponível em: <http://images.ig.com.br/publicador/ultimosegundo/arquivos/> Acessado em: 14 junho. 2016.

LAPA, Sofia. 2009. “Para Que (nos) Serve o Museu? A Gênese Do Museu Calouste Gulbenkian”. Dissertação de Mestrado em Museologia, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Editora da Unicamp. 1994

LOURO, Guacira Lopes. *Um Corpo Estranho*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOPES, K. T.; DUTRA, G.; MARTELETO, B.; GOLÇALVES, J.; GERALDO, L.; LINHARES, M. *Acessibilidade de pessoas deficientes em escolas Públicas*, 2006 (Artigo). Disponível em: http://www.wgate.com.br/conteudo/medicinaesaudefisioterapia/variedades/acessibilidade_gleisson.htm

MANZINI, E. J. ; CORRÊA, P. M.. *Avaliação da acessibilidade em escolas do ensino fundamental usando a tecnologia digital*. In: 31ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 2008, Caxambu. Anais: Constituição Brasileira, direitos humanos e educação. Rio de Janeiro: Anped, 2008. v. 1. p. 1-13.

MARCHESI, Alvaro; PALACIOS, Jesús; COLL, Cesar. *Desenvolvimento Psicológico e*

Educação. Vol 3. São Paulo, ARTEMED, 2004. 2ª edição.

MOREIRA, Fernando João de Matos. *Uma reflexão sobre o conceito de público nos museus locais*. in: MUSAS – revista brasileira de museologia. N3, 2007, rio de janeiro. vilp. 101-108

MOUTINHO, Mário. *Museus e Sociedade: Reflexões sobre a função social do museu*. Caderno de Patrimônio, 1989.

_____. *Sobre o conceito de Museologia Social*. Cadernos de Museologia nº 1. 1993.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. São Paulo: *Projeto História*, nº 10, dezembro de 1993.

POLLAK, M. “Memória, Esquecimento e Silêncio”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV/Edições Vértice, vol 3, 1989.

_____. “Memória e Identidade Social”. Rio de Janeiro: *Estudos Históricos*. Vol. 05, nº 10, 1992.

SHIMONO, S. O. *Educação e Trabalho: Caminhos da Inclusão na Perspectiva da Pessoa com Deficiência*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 2008.

SOARES, Bruno César Brulon. *Revista Eletrônica Jovem Museologia - Estudos sobre museus, museologia e patrimônio. Entendendo o Ecomuseu: uma nova forma de pensar a Museologia* Volume I Número 2, Agosto de 2006.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura Santos. *Reflexões sobre a Nova Museologia*. In: _____. *Encontros Museológicos – reflexões sobre a museologia, a educação e o museu*. Rio de Janeiro, Minc/IPHAN/DEMU, 2008.

VARINE, Hugues de. *O museu comunitário é herético?* 2005. Disponível em: <http://www.abremc.com.br/artigos1.asp?id=9>. Acessado no dia 12 de Junho de 2016.

_____. *As raízes do futuro: O patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Tradução Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

WILD, Bianca de Moura e ALMEIDA, Bruno C. *Espelho onde se revê e se descobre a própria imagem: O Movimento Ecomuseu de Sepetiba: Desafios e perspectivas*. IV encontro internacional de Ecomuseus e museus comunitários, 2012, Belém, Pará. Disponível em: < <http://www.abremc.com.br/pdf/3art/4.pdf>>

_____. *O Ecomuseu de Sepetiba: fortalecendo identidades locais e criando conexões globais*. 23ª ICOM – Conferência internacional de museus, 2012, Cidade das Artes, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/ RJ.

Artigo recebido em julho de 2016. Aprovado em agosto de 2017.